

Derivados de petróleo aumentam somente depois de 20 de julho

O governo só vai reajustar os preços dos derivados de petróleo depois do dia 20 de julho, anunciou ontem o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, ao garantir que não haverá reposição de custos não cobertos durante o período de congelamento de preços. "Vamos esquecer o passado e partir do zero em matéria de preço administrado pelo governo", salientou.

Segundo o ministro, a decisão de não repassar aos preços os custos das empresas estatais no período de congelamento de preços representa, na prática, a contribuição do Estado à reversão do processo inflacionário. Dornelles adiantou que as estatais, que gastaram generosamente o dinheiro público nos últimos anos, terão agora de repor seus custos aumentando a produtividade e se capitalizando.

Com relação especificamente ao aumento dos derivados de petróleo, o ministro da Fazenda confirmou informação do *O Estado* de que haverá o escalonamento em quatro vezes, porém sem levar em conta o período passado em que não houve aumento. "O ministro Aureliano Chaves me garantiu que a Petrobrás aguenta ficar sem reajuste do preço da gasolina até 20 de julho", adiantou.

Por sua vez, Dornelles confirmou também a informação de que a Receita Federal está examinando a possibilidade de reduzir o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) incidente sobre os cigarros, para com isso evitar a concessão de aumento ao produto. Os produtores desejam um aumento de 50% em junho. O Ministério da Fazenda entende, porém, que é melhor perder na arrecadação do que permitir uma pressão de 4% sobre o ICV (Índice do Custo de Vida).

A estratégia do governo, reiterou o ministro da Fazenda, é reverter o processo inflacionário. Dessa forma, tentará de imediato anular as pressões já identificadas para o mês de junho, devendo colocar no mercado todo seu estoque de feijão, arroz e milho. O governo já localizou também uma pressão altista da carne em algumas regiões.

O ministro Dornelles adiantou, também, para alegria dos industriais, que depois do dia 20 de junho o Conselho Interministerial de Preços — CIP — deverá permitir alguns reajustes de preços necessários. E possível que no começo do mês, na reunião do CIP, os automóveis já tenham seus preços reemarkados, mas o percentual de reajuste não foi mencionado por Dornelles.

Falando ontem num simpósio patrocinado pela Revista *Exame*, Francisco Dornelles explicou a empresários de todo o País que o controle de preços se tornou uma imposição porque, ao assumir o poder, encontrou uma expectati-

va inflacionária de 400%. "Além disso, alguns setores fizeram reajustes de até 1.000% em três meses", afirmou.